

O discurso doente: Bolsonaro e covid-19

Sick speech: Bolsonaro and covid-19

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Pós-doutorando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista Capes, professor colaborador do Programa de Mestrado em Jornalismo da UEPG. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), doutorado sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (Portugal). Email: murielamaral@yahoo.com.br

Resumo

A proposta do artigo é de analisar um dos pronunciamentos oficiais do presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro sobre a covid-19, segundo a perspectiva de Michel Foucault sobre discurso. A partir de então, a fala presidencial será analisada em interface às considerações de Hannah Arendt e outros autores sobre política e espaços público e privado, reconhecendo o quanto o seu pronunciamento está em desacordo com a proposta dos autores sobre os assuntos levantados. No pronunciamento de Bolsonaro há evidências de signos antipolíticos, além da ascensão de perspectivas privadas em detrimento da ação política.

Palavras chave

Discurso; Jair Bolsonaro; Política; Covid-19; Vida nua; Pronunciamento.

Abstract

The purpose of the article is to analyse one of Brazilian President Jair Messias Bolsonaro's official pronouncements on the covid-19, according to Michel Foucault's perspectives on speech. From then on, the presidential speech will be analysed in interface with the considerations of Hannah Arendt and other authors on politics and public and private spaces, recognizing how much their pronouncement is at odds with the authors' proposal on the issues raised. In Bolsonaro's pronouncement, there is evidences of anti-political signs, in addition to the rise of private perspectives at the expense of political action.

Keywords

Speech; Jair Bolsonaro; Politics; Covid-19; Nude life; Pronouncement.

Introdução

O primeiro semestre de 2020 é marcado pela pandemia do vírus que provoca a covid-19, uma enfermidade de alto contágio e que ataca principalmente o sistema respiratório. O vírus foi identificado primeiramente na China, no final de 2019. A partir de então, chefes de Estados do mundo inteiro implementaram medidas para proteger a população. Como até o momento não há vacinas ou remédios específicos para o combate ao vírus e à doença, a melhor medida foi estabelecer quarentena por isolamento físico e social. A população de países como Itália e China ficou confinada há praticamente dois meses, sendo permitida a saída apenas para uso de serviços essenciais (mercados, farmácias e hospitais). No Brasil, o Ministério da Saúde recomendou a isolamento físico e social ainda no começo da pandemia, todavia, o próprio presidente da República questionou a medida por ser prejudicial à economia do país.

A partir desse cenário, será analisado um dos cinco pronunciamentos proferidos pelo

presidente do Brasil que questiona o isolamento físico como medida para conter o avanço do coronavírus em nome do desenvolvimento da economia. Como percurso metodológico, a pesquisa adotou os procedimentos metodológicos acerca do discurso desenvolvidos por Michel Foucault (1986) que o considera como uma estratégia de poder. Paralelamente a essa proposta, o artigo se estende ao refletir sobre as palavras do presidente tendo como cerne as reflexões acerca da ação política, espaço público e espaço privado apresentadas por Hannah Arendt (1998, 2016) e o conceito de vida nua, empreendido por Giorgio Agamben (2010). De acordo com o autor, algumas vidas podem ser descartadas sem que isso gere dolo, responsabilidade ou pesar, por isso é a vida nua, sem relevância política.

O artigo realiza um resgate histórico de acontecimentos e personagens para reconhecer que não é ao acaso que o pronunciamento de Bolsonaro sobre a doença e o vírus é proferido, mas é sintoma de outras práticas e discursos em que o presidente anulou a condição humana pela prática de preconceito, sexismo ou outra manifestação. A escolha pelos pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro acontece devido à função que ocupa que deveria estar no desempenho de atividades para a melhoria do espaço público e político, ainda mais em tempos de exceção, como a pandemia provocada pelo novo coronavírus, sendo um dos poucos chefes de Estado do mundo, e o único da América do Sul, a renegar a capacidade de infecção do vírus. A postura do presidente se encontra diametralmente em oposição ao entendimento de política atribuído por Hannah Arendt, além de ser um fomento à vida nua, apresentada por Agamben.

Quadro teórico-metodológico

Desde o início da pandemia do novo coronavírus até o final de maio de 2020, o presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, se pronunciou oficialmente em cadeia nacional de TV e rádio em cinco momentos¹. Como recorte para o artigo, o pronunciamento a ser analisado foi o proferido no dia 24 de março². Naquele momento, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já havia decretado pandemia quanto ao novo vírus e o Brasil já registrava a incidência da doença em território nacional (RIOS, 2020) e também de mortes (RIBEIRO; CAMBRICOLI, 2020).

Para dar sequência ao texto, alguns conceitos devem ser elucidados na pesquisa, o primeiro deles é o entendimento de Michel Foucault (1986) sobre discurso. Mesmo discorrendo em várias obras sobre o tema, o autor não propôs exatamente uma metodologia para que o discurso seja analisado, mas uma forma de compreendê-lo que não seja apenas restrito às ordens semiológicas. Assim, para ele:

(...) o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56, grifo nosso)

¹ Os pronunciamentos aconteceram nos dias 06 de março, 15 de março, 24 de março, 31 de março e 08 de abril de 2020, sendo que todos foram proferidos às 20h 30.

²Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=77&v=V1_DYb-XaAE&feature=emb_logo. Acesso: 03 abr. 2020.

Esse *mais* é o que marca a singularidade da concepção foucaultiana sobre discurso. Por ultrapassar o entendimento sobre o tema para além dos pontos linguísticos, Foucault acredita que esse também é constituído por uma relação histórica em consonância com os recortes de tempo e espaço. Por isso o autor o considera como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Amparados em Foucault, Giacomoni e Vargas (2010, p. 125) consideram que os discursos “são históricos, não se podendo dizer qualquer coisa em qualquer época. Estes objetos não preexistem a eles mesmos, só surgindo sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”, ou seja, há relações que proporcionam que determinados discursos emergjam ou sejam silenciados no espaço público, assim, há uma relação de afeto para que os discursos sobrevivam ao tempo. Por esse modo de pensar, para Foucault, o discurso é também o exercício de poder, uma tecnologia que empreende influência na sociedade enquanto uma forma de produzir e circular conhecimento e poder, mas também de provocar forças contrárias.

Como a proposta de Foucault sobre o tema é distinta, sua concepção abrange o entendimento sobre referente, sobre o reconhecimento do sujeito e do espaço ocupado por esse sujeito em âmbito público, além da materialidade do discurso:

(...) referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de “posição” a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente distas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais. (FISCHER, 2012, p.77)

Um outro ponto importante acerca do entendimento de Foucault sobre discurso é quanto ao seu potencial de circulação. O discurso não é permanente, pode variar; todavia, enquanto estiver em vigor, ele promove:

(...) uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais. (FOUCAULT, 2009, p. 83)

Como a intenção é de reconhecer os elementos que compõem o discurso dentro da perspectiva foucaultiana, é importante rememorar o passado, não apenas da figura de Jair Bolsonaro, mas também de acontecimentos do passado como referentes para elucidar a formação do discurso Foucault (2009). Para o autor, a história, bem como o discurso, não é uma relação de causa e efeito, mas constituída por topos, camadas; assim, cada camada colabora para compor as movimentações na história. Por essa consideração que serão analisados acontecimentos como a ascensão de posicionamentos de reacionários e conversadores, a ocorrência do *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff e outros acontecimentos relacionados à assunção de Bolsonaro em âmbito nacional.

Além do conceito de discurso, outro ponto a ser levado em consideração pela pesquisa é o entendimento de Hannah Arendt (2016, 1998) sobre política e o quanto que aspectos privados interferem no espaço público e político. Pelo olhar de Arendt (2016), a política é a qualidade da sociedade caminhar junta, mesmo havendo diferenças de posicionamentos, com o objetivo de promover melhorias no espaço público, prezando pela pluralidade, liberdade,

visibilidade e comunicação; a intenção de destruir qualquer desses conceitos pode ser compreendida como manifestação de violência. De acordo com a autora, deveria haver uma posição muito marcada entre signos privados e públicos e a miscelânea dos valores entre esses signos dentro do espaço político pode ser uma porta aberta para manifestações de violência; aspectos privados não deveriam fazer parte do espaço político. Assim, o artigo segue no reconhecimento do discurso proferido pelo presidente enquanto uma manifestação de destruição do espaço público e da ação política.

Desenvolvimento

Um dos pontos a ser levado em consideração para a análise do discurso em Foucault é o reconhecimento do sujeito que proferiu o pronunciamento: Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), mas que, até à publicação do artigo, não esteve filiado a qualquer partido. Bolsonaro apresenta admiração pelas práticas militares, chegando ao posto de capitão, até ser punido e afastado da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ao estar envolvido em casos de desobediência e indisciplina e à tentativa de alojar criminalmente bombas em quartéis para que fossem acionadas (MAKLOUF, 2019).

A sua vida pública tem início em 1988, quando foi eleito para vereador na cidade do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Ele pediu exoneração do cargo após ser eleito em 1991 a deputado federal, posto que exerceu por sete mandatos, trocando de partidos uma série de vezes. Como candidato à presidência em 2018, venceu o professor universitário e advogado Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mesmo tendo quase três décadas de vida pública em âmbito federal, Bolsonaro não teve destaque nacional em sua atuação política, limitando-se à aprovação de projetos de leis sem muita expressividade e pertencendo a partidos de representatividade reduzida, os chamados partidos nanicos. Durante o período que pertenceu ao legislativo federal, Bolsonaro apresentou 171 propostas de lei, sendo que apenas duas delas se tornaram leis (LINDNER, 2017). Um dos projetos diz respeito ao benefício sobre o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e o outro autorizava o uso de fosfoetanolamina sintética, popularmente chamada de “pílula do câncer”, como uma promessa de cura da doença.

A projeção de Bolsonaro esteve mais associada aos pronunciamentos polêmicos que proferiu publicamente do que a sua atuação como político. Em 2011, em entrevista ao programa CQC, exibido pela TV Bandeirantes e atualmente extinto, respondeu à cantora Preta Gil, que é negra, que ele não iria discutir promiscuidades, que seus filhos serão bem educados e que não correriam o risco deles se apaixonarem por mulheres negras (VEJA, 2019). A resposta rendeu ao então deputado pagamento de indenização ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDDD), veiculado ao Ministério da Justiça. Em outra passagem polêmica, em 2014, Bolsonaro discutiu com a então deputada federal Maria do Rosário (PT), do Rio Grande do Sul, e disse que “‘ela não merecia ser estuprada’, ‘não faria’ seu ‘tipo’ por ‘ser feia’” (RAMALHO, 2016). Bolsonaro se tornou réu em ação penal por incitação ao estupro e injúria por ofender a condição feminina.

O nome de Jair Bolsonaro teve maior notoriedade com a polarização que teve início em 2013, nas manifestações contra o aumento da tarifa do transporte urbano em grandes cidades e que, posteriormente, se alastrou por todo país. O embate entre os pensamentos de direita e esquerda ganhou maior contorno e abrangência a partir de 2015, com as manifestações que seriam contra a corrupção política. A ascensão pública de Bolsonaro em âmbito nacional foi sintoma desse fenômeno político. O intervalo entre esses anos é importante ser analisado porque apresentarão índices relevantes para reconhecer o lugar de

fala de Bolsonaro, bem como as referências contextuais que proporcionaram seu destaque público.

Como aponta Avritzer (2016), as manifestações de 2013 começaram em protesto ao aumento do transporte público, logo passaram a abranger também as insatisfações da sociedade pelo governo de Dilma Rousseff (PT) e, em pouco tempo, se tornaram movimentos antipetistas. E, a despeito de haver insatisfação pública em relação à gestão petista, em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita com 51,6% dos votos válidos, derrotando o então senador Aécio Neves, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Minas Gerais.

Desde o final da apuração do resultado da eleição, as acusações de corrupção contra Dilma Rousseff, PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram constantes em diversos veículos de comunicação. Além disso, um fenômeno não necessariamente inédito, mas muito impactante, ganhou destaque tanto na campanha eleitoral de 2014 como nos anos seguintes: a disseminação de *fake news*, independentemente da orientação ideológica. Mais que divulgar notícias falsas, as *fake news* fomentam a destruição do espaço público de debate com a intenção de disseminar a desinformação que não têm veracidade ou credibilidade (TANDOC JR.; LIM; LING, 2018). As *fakes news* tiveram maior potencialidade quando disparadas no espaço digital em redes sociais, site apócrifos e pelos aplicativos de conversa como WhatsApp. A campanha de Bolsonaro foi acusada de utilizar desse expediente em 2018 e, atualmente, está instaurada na Câmara de Deputados, a CPI das *Fake news*, para investigar a participação de pessoas ligadas ao presidente na disseminação de informações falsas.

Um dia após o resultado da apuração das urnas de 2014, Dilma Rousseff foi alvo de ataques por parte do seu concorrente. Aécio Neves solicitou auditorias dos votos e, em dezembro daquele ano, o PSDB pediu a cassação da chapa vencedora da eleição junto ao Supremo Tribunal Eleitoral (STE). Em 2015, houve diversas manifestações no Brasil contra a corrupção que envolveram correligionários do PT e a condenação de políticos e empresários por conta da operação Lava Jato comandada pelo então juiz federal Sergio Moro que, entre janeiro de 2019 e abril de 2020, foi ministro de Justiça do governo de Bolsonaro. Moro foi uma figura admirada por parte de segmentos sociais que apresentaram posicionamentos antipetistas. As manifestações que seriam contra corrupção, com o passar do tempo, percebeu-se que eram direcionadas mais em protestos contra os indícios de corrupção envolvendo pessoas relacionadas ao Partido dos Trabalhadores, amenizando a participação de outros personagens em esquemas de corrupção do cenário político. Com isso, a polarização que se iniciou em 2013 se estendeu ao longo dos anos seguintes promovendo discursos de ódio e intolerância.

Em dezembro 2015, o presidente da Câmara de Deputados da época, Eduardo Cunha, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje apenas MDB, aceitou um dos pedidos de *impeachment*, concretizando o ato definitivamente em agosto de 2016³. A chapa à presidência era composta por Dilma Rousseff e pelo vice-presidente Michel Temer (MDB). O argumento utilizado no pedido feito pelo PSDB era que a chapa tinha sido eleita com dinheiro de corrupção (PASSARINHO, 2014). O pedido foi aceito e julgado após o *impeachment* de Dilma Rousseff, mas a chapa não foi condenada e Michel Temer permaneceu como presidente até o fim de 2018.

No ano eleitoral de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva foi sentenciado e preso no âmbito da operação de Lava Jato a mando do então juiz Sérgio Moro. Lula era o único que poderia ser páreo a Jair Bolsonaro na disputa eleitoral à presidência da República. A prisão de Lula, para Soares (2019. p. 11), abriu “caminhos para o triunfo eleitoral de Bolsonaro, as identidades carregadas de ódio, embora ainda formadas sobretudo por negação, adquiriam

³ Na literatura é possível encontrar que o processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff foi considerado um golpe parlamentar (SOARES, 2019), (MATTOS; BESSONI; MAMIGONIAN, 2016), (JINKINGS, DORIA, CLETO, 2016).

conteúdo mais denso”. O ódio nesta pesquisa não terá apenas o entendimento da dimensão psicológica, conforme empreendido por Kiffer e Giorgi (2019, p. 16-17), mas como sendo:

(...) uma energia e uma intensidade que altera os pactos discursivos e simbólicos, os protocolos cívicos (com suas regras do que pode ser dito), nos quais se basearam as democracias (...) O ódio nomeia essa fricção permanente e implacável sobre as formas civis, a e abertura em direção às intensidades, afetos, linhas de subjetivação que acabaram por não encontrar formas de articulação e de representação nos modos políticos existentes: lugares de fala heterogêneos, irreduzíveis aos discursos dominantes, estabilizados e reconhecíveis.

E na esteira do pensamento de Soares, nas eleições de 2018:

(...) afirmou-se uma direita radical que se contrapõe aos liberais e às esquerdas não só em matéria de prioridades, políticas públicas e métodos, mas também no plano ideológico – embora suponha que seus valores e crenças sejam meros reflexos de uma verdade metafísica, cabendo o adjetivo ideológico apenas às crenças e aos valores dos outros, seus inimigos. (SOARES, 2019, p. 12)

O pensamento dos autores citados vai ao encontro das considerações de Ab’Sáber sobre o perfil predominante dos participantes dos movimentos de rua que aconteceram em 2015 e dos afetos que estavam em circulação. De acordo com o autor, as manifestações trouxeram à tona a figura do *homem conservador médio*, que se caracteriza por ser:

(...) antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção *patriarcal e agregada*, fruto familiar do atraso brasileiro no processo de produção social moderna (...) como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso, carregado de contradições, contra o relativo sucesso do governo lulo-petista (...) (AB’SÁBER, 2015, p. 35)

A assunção nacional de Bolsonaro aos olhos de quem não o conhecia enquanto figura pública ocorreu dentro desse contexto: pela ascensão de movimentos conservadores e o ódio político, principalmente contra o PT, ou, como aponta Miguel (2018, p. 17, grifos do autor) um grupo que preza pela “*reemergência* para assinalar uma visibilidade e a relevância crescentes de grupos que assumem sem rodeios um discurso conservador ou reacionário”.

No dia 17 de abril de 2016, quando a Câmara de Deputados autorizou a instauração do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, Bolsonaro votou a favor do impedimento da presidenta com o seguinte discurso: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”⁴.

O coronel citado na fala de Bolsonaro foi chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre os anos de 1971 e 1974, órgão de repressão política do governo ditatorial. Defender ou fazer apologia à ditadura é crime pela Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83), pela Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/50) e no próprio Código Penal (artigo 287), todavia, a ditadura militar tem grande afetos pelo presidente, a despeito da vigência da lei, além disso, o

⁴ O vídeo pode ser assistido no YouTube. Disponível em: <http://bit.ly/2pM11Q>. Acesso: 06 maio 2020.

presidente defende publicamente a tortura como medida policial.

Mesmo antes de assumir o executivo nacional, enquanto figura pública, as atitudes apresentadas pelo presidente podem ser consideradas uma intenção forte para o esfacelamento da ação política, segundo Hannah Arendt (1998, 2016), e a mesma intenção pode ser percebida no pronunciamento selecionado sobre a pandemia do novo coronavírus. Pelo entendimento de Arendt (1998), a política não está baseada nas propostas de um governo ou de um determinado regime, mas na qualidade de compor um espaço público equilibrado baseado na convivência e na pluralidade de discursos e representações. Para isso, aos grupos e sujeitos devem ser garantidos liberdade, visibilidade e direito de fala e qualquer movimento que possa infringir esses conceitos não se caracteriza como ação política, mas como uma manifestação de violência. A apologia à ditadura e a agressão simbólica a mulheres e afrodescentes não podem ser denominados como liberdade de expressão no espaço público, mas como prática de violência, um sintoma de uma sociedade que insiste em se opor aos valores de modernização e democratização. Assim, o pronunciamento do presidente proferido sobre a pandemia não foge à regra de suas práticas anteriormente conhecidas.

O discurso doente

O pronunciamento selecionado para análise sobre a pandemia apresenta indícios da intenção de destruição dos valores políticos pensados por Arendt. Em um primeiro momento, Bolsonaro aponta o resgate de brasileiros que se encontravam na China e tece elogios ao então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, quem propôs o isolamento para conter o avanço da pandemia no Brasil. Logo após ele menciona que:

(...) tinha que conter era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar estratégias para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão, espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o grande número de vítimas da Itália. Um país com grande número de idosos e com clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito potencializado pela mídia para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. (BOLSONARO, 2020).

A imprensa pode fomentar o medo, não é a primeira vez que isso acontece (cf. MATHEUS, 2011). Todavia, dentro do espaço público, as ações políticas, como propõe Arendt, devem ser organizadas de tal forma que sejam propostas iniciativas para fomentar o debate público e definir as melhores medidas para o enfrentamento do problema. Acusar os meios de comunicação de implantar o caos e de estrangular as ações do governo de combate à pandemia não engrandecem o debate público, tampouco fortalece a ação política. O discurso presidencial não avança quando compara a Itália ao Brasil. Mesmo havendo diferenças climáticas entre os países, noticiar sobre as condições da pandemia no país europeu não era apenas para criar pânico no espaço público, mas de dimensionar a potência do novo vírus e os estragos que poderiam ser causados.

É importante lembrar que o prefeito de Milão, Giuseppe Sala, mesmo após a pandemia invadir a Itália, divulgou um vídeo afirmando que a economia da cidade e da região, a Lombardia, não poderia parar. A demora em adotar o isolamento físico e social contribuiu intensamente para a contaminação de quase 50% da população da região e mais de 26 mil mortos no país. Em março, Sala veio publicamente se desculpar pelo equívoco causado na insistência da permanência das atividades econômicas. Bolsonaro também acredita na importância da manutenção das atividades econômicas, além de não estabelecer diálogo com

propostas divergentes às suas. O presidente questionou o isolamento físico como medida defendida pelo próprio ministro que ele selecionou para o cargo:

O vírus chegou. Está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. (BOLSONARO, 2020)

O presidente enaltece o trabalho para o desenvolvimento público e político. Segundo Hannah Arendt, a crença no trabalho como pertencimento público pode ser questionada enquanto ação política. Pela perspectiva arendtiana, a *vida activa*, ou seja, a existência humana, é composta em três partes: trabalho, obra e ação (ARENDR, 2016). Para ela, o trabalho é apenas a manutenção da vida enquanto condição metabólica e também está relacionada com as atividades que dizem respeito ao cotidiano da existência. Conforme apontado por Voice (2020), o trabalho é uma condição elementar da vida e:

(...) se encontra no rés hierárquico da *vida activa* arendtiana, pois laborar diz respeito a uma atividade animal necessária ao sustento da vida, e envolve o comer, digerir e o bem-estar físico geral, e qualquer ocupação que vise a manutenção ou reprodução da vida é entendida como tal (...). Também o são as atividades industriais, que visam ajudar nossas vidas e reprodução: a agricultura extensiva, o transporte de alimentos e a extração de recursos para calefação, por exemplo. Animais que somos, estamos sujeitos à necessidade biológica e ao processo natural de uma vida biológica vinculada à terra, uma restrição que, na vida humana, toma a forma de *necessidade* que nos vincula a um caprichoso reino natural, do qual somente escapamos com a morte. (VOICE, 2020, p. 54-55)

De acordo com o autor, o trabalho tem caráter isolado e solitário e não diz respeito à ação política que precisa ser articulada em conjunto. Já a obra, pela visão de Arendt, é a instrumentalização e artificialização do mundo, isto é, compreende a fabricação e produção de instrumentos para auxiliar a vida. A obra produz bens duráveis e estes apresentam algum objetivo referente aos artifícios para a vida. Como apontou Voice (2020, p. 59-60) a obra é regida “por uma visão teleológica, uma atividade estratégica que estabelece uma meta de busca para atingi-la”.

A ação, segundo Arendt (1998), é a participação dos cidadãos e cidadãs no debate público para a organização da polis. A ação política está, como mencionado, envolvida no intuito de promover a visibilidade enquanto prática discursiva da liberdade, sem que isso interfira na pluralidade de discursos e representações. Pelo pronunciamento do presidente não há indícios de ação política, mas a inexistência de diálogo e propostas elaboradas entre os pares concordantes da ideologia do próprio presidente. Segundo Arendt, a ação política não tem um objetivo traçado como apresenta a obra, muito menos está de acordo com uma atividade metabólica do sujeito, mas está relacionada com a intenção de agir em conjunto na deliberação de melhores saídas para o espaço público, sem que isso promova a violência.

A proposta de manter o isolamento físico é uma alternativa que, embora traumática do ponto de vista da sociabilidade e severa do ponto de vista econômico, pois gera baixa movimentação financeira, é uma medida eficaz para conter a proliferação do vírus, pois menos pessoas estão em circulação. Compreender o isolamento como um gargalo para o desenvolvimento econômico é não reconhecer debates públicos, incluindo com órgãos internacionais, para o desenvolvimento da ação política e um mecanismo de destruição do

espaço público. Dentre os pressupostos que Arendt desenhou para a política, um deles é compreender a realidade para a partir dela traçar as melhores propostas para a sociedade, como no caso da pandemia do novo coronavírus. A existência de posicionamentos contrários é saudável e natural, todavia, a pertinência de aspectos privados ou segmentados devem ser evitados enquanto medida política, ainda quando não resultados de diálogos e debates públicos. Assim, defender o fim da quarentena, ainda mais naquele momento, em nome do trabalho, é desprezar o valor da vida como ação política. O presidente ainda desdenha quanto à ampla contaminação de pessoas no país:

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar as escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos sim é ter a extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério de Saúde. (BOLSONARO, 2020)

Mesmo que haja grupos que sofrem mais com a doença e sejam mais suscetíveis, a atuação do vírus é abrangente e qualquer pessoa é vulnerável à infecção. O isolamento é uma medida científica, não um gargalo econômico. Liberar as escolas para voltar às aulas é submeter milhares de pessoas à possibilidade de contaminação e, assim, proliferar de modo mais ascendente a doença e a morte.

O discurso do presidente é um expoente vilipêndio à vida, ainda mais à vida de idosos. Além disso, os números apresentados em seu discurso não têm embasamento comprobatório empírico ou científico. O relaxamento do isolamento deveria ser debatido enquanto ação política e não partir de uma decisão unilateral. Arendt (2018) relatou que em sociedades em que a ação política se apresenta de modo deficiente, há a tendência da destruição da condição humana e a abertura para a incidência de governos totalitários. O desprezo, no caso, não é apenas pela vida, mas de toda a construção elaborada para fundamentar a vida no espaço público. Nessa passagem do pronunciamento presidencial que a vida pode ser considerada como nua (AGAMBEN, 2010).

A vida parece que também não tem valor, pelo pronunciamento de Bolsonaro. Conforme apontou Giorgio Agamben (2010), baseados nas observações de Arendt e Michel Foucault (1979), ele aprimorou o conceito de vida nua, a vida do *homo sacer*, aquela não tem valor político. De acordo com o autor, a condição de *homo sacer* foi desenvolvida pelo direito arcaico romano quando algumas vidas, pelo desejo do soberano, poderiam deixar de existir e isso não causaria pena, culpa ou responsabilidade a quem quer que seja. A ocorrência do *homo sacer* não se limitou apenas à Antiguidade, mas se alastrou pela história. As práticas da biopolítica desenvolvidas a partir do século XVIII, apresentadas por Foucault, como ação de controle e disciplina de corpos e subjetividades, pela visão de Agamben, poderiam ser consideradas manifestações de *homo sacer*.

De acordo com Agamben, a atuação da biopolítica não respeitou as particularidades e contextos das populações; foi um ditame soberano de práticas higiênico-sanitárias, jurídicas e pedagógicas articuladas na intenção de promover uma sociedade supostamente mais justa e saudável. Desse modo, a biopolítica não apenas domesticava corpos e subjetividades, mas também estabelecia concepções para compreender e separar aqueles que seriam “normais” e “anormais”, “saudáveis” ou “doentes”. Por esse modo, a força da biopolítica, na verdade, estava mais a par com o desejo do soberano do que ao melhoramento do espaço público.

Para ilustrar outra passagem da ocorrência do *homo sacer*, em outro momento histórico, apoiado em Arendt, Agamben também considerou que o holocausto também foi

uma expressão de vidas que poderiam ser descartadas. Conforme apontou Arendt (1989), o campo de concentração evidenciou a potência máxima da destruição da política, pois os confinados “(...) mesmo que consigam manter-se vivos, ficam mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento” (ARENDR, 1989, p. 493). A eugenia social, provocada pelas práticas nazifascistas, ao eleger a raça ariana como suprema e digna de habitar o mundo, selecionava aqueles que seriam honrados à vida ou remetidos à morte, sendo que a morte daqueles que foram escolhidos não causaria impacto político, tampouco responsabilidade. O mesmo acontece pela biopolítica apresentada por Foucault, aqueles considerados “normais” poderiam viver em sociedade, ao contrário dos demais. Nem uma linha semelhante, Bolsonaro evidencia que algumas vidas podem ser destinadas à morte:

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. (BOLSONARO, 2020)

Pelo pronunciamento do presidente, apresentando contextos e situações diferentes aos momentos citados, a vida da população brasileira é outra expressão de *homo sacer* quando ele não reflete sobre o grande número de morte ocorridas no Brasil. Não deixa de ser uma fala mascarada de eugenia da população ao pontuar que merecem estar vivos aqueles com histórico de atletas e aqueles que não são idosos. Do ponto de vista político, pensado por Arendt, no discurso do presidente não há a reflexão em conjunto para a evolução do espaço público, nem pluralidade de representações, mas signos implícitos que apontam que algumas vidas não têm relevo político quando infectadas pelo vírus.

Além disso, trazer aspectos de âmbito privado e se servir de exemplo de enfrentamento da doença pouco contribui para ações de combate à pandemia. O discurso do presidente pode ser considerado uma manifestação de “subjetividade antipolítica” (ADVERSE, 2019), pois apresenta menosprezo e subestima pela política. Com base nos posicionamentos do autor, o discurso de Bolsonaro pode ser entendido como sendo uma manifestação antipolítica de derrisão⁵ “(...) uma desqualificação geral da política, sua transformação em objeto de detração e de escárnio” (ADVERSE, 2019, p. 70). O discurso não é atravessado pela ironia inteligente, mas pela vulgaridade de propostas privadas e a ausência de sensibilidade ao tratar de um tema que é preocupante em âmbito planetário.

Desmerecer a emissora de televisão, ao que tudo indica é a Rede Globo de Televisão, e o médico, ao que parece ser o médico Dráuzio Varela, que mantém quadros de apresentação na programação da emissora, também não engrandecem o debate público sobre a doença e traz a discussão ainda mais próxima para o campo das paixões privadas. Conforme aponta Assy (2016), as paixões de âmbito privado não engrandecem o espaço político, ao contrário, o fragmenta e o torna suscetível:

Ao comunicarmos nossos sentimentos, nossas satisfações e deleites desinteressados, explicitamos nossas escolhas e elegemos nossas companhias. A tentação de identificar deleite e satisfação exclusivamente com realizações pessoais ou com o concomitante contentamento material nas sociedades de consumo demonstra não só o empobrecimento da nossa

⁵ Como movimento antipolítico, Adverse (2019) considera, além da derrisão, “a espetacularização (a transformação da política em espetáculo midiático), a moralização (a redução da política à moral), a tecnicização (a captura da política pela tecnologia) e a judicialização (misto de tecnicização e moralização: a política é enquadrada pelo aparato jurídico que se fundamenta na ideia de justiça)” (ADVERSE, 2019, p. 70).

capacidade de imaginar, mas o aniquilamento de nossa capacidade de ter aprazimento com algo que não traga consigo expectativas e interesses particulares. (ASSY, 2016, p. 49)

Não obstante ao trazer aspectos privados ao espaço público, ao afirmar que aqueles que têm histórico de atleta podem ficar tranquilo, além de ser uma inverdade e uma proposta implícita de eugenia social, o pronunciamento vai ao encontro do pensamento de Foucault (1979) sobre o controle e disciplina dos corpos pela biopolítica. O pronunciamento do presidente hierarquiza e elimina aqueles que não conjugam com as estruturas que foram estabelecidas por uma ordem de poder, isto é, os grupos que não apresentam histórico de atletas seriam contaminados e dignos de morte, junto aos idosos, como ele mencionou sobre o grupo de risco.

Um outro ponto acerca do pronunciamento presidencial que precisa ser analisado é quanto à descrença na ciência. Mesmo que Foucault (1979) acreditasse que o discurso da ciência poderia ser uma tecnologia de poder, ela também pode ser um modo de produção de conhecimento, ainda mais em momentos de crise. Estudos e experimentos não evidenciam a eficiência da cloroquina e hidróxido cloroquina no combate à covid-19, todavia, há uma persistência do presidente quanto ao uso dessas drogas. De acordo com o discurso de Bolsonaro:

O FDA [Food and Drug Administration, órgão ligado ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA] Americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença. (BOLSONARO, 2020)

A cloroquina e o hidróxido cloroquina são, de fato, eficazes no tratamento de algumas doenças autoimunes, como as mencionadas pelo presidente, todavia, não houve evidências suficientemente fortes para acreditar que essas drogas podem ser utilizadas no enfrentamento da covid-19. A persistência da divulgação das drogas também não traz contribuições para o espaço público, além de ser irrelevante para o tratamento e apresentar efeitos colaterais graves, causa o desabastecimento dos medicamentos a quem realmente precisa.

Ao final do pronunciamento, o presidente o encerra desejando que a sociedade aja “Sem pânico ou histeria como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa pátria querida”. (BOLSONARO, 2020), não se atentando que o Brasil, pela Constituição Federal, é uma nação laica.

Para terminar a análise, como o discurso é um instrumento de poder e promove ação, como apontou Foucault. A ação, defendida pelo autor, não é entendida como uma relação de causa e efeito, mas resultado dos afetos que são provocados no bojo social, contrários ou não à proposta do discurso. Mesmo havendo contingências antagônicas ao posicionamento do presidente, há outra parcela que chancela o discurso de Bolsonaro na promoção de passeatas e protestos, mesmo em período de quarentena e isolamento. Além de apoio ao presidente, algumas manifestações ultrapassaram os limites da democracia e da constitucionalidade quando enaltecem o regime da ditadura civil-militar e solicitaram o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Câmara dos Deputados, instituições relacionadas diretamente com a manutenção da condição democrática brasileira.

Considerações finais

O pronunciamento do presidente, seja no começo da pandemia ou em outras aparições públicas, não poderá ser percebido enquanto ação política, conforme os preceitos desenvolvidos por Arendt, tendo em vista alguns aspectos. O primeiro deles foi o de valorizar atitudes relacionadas aos aspectos privados, como a manutenção do trabalho em detrimento da ação política e não conseguir estabelecer diálogos com instituições e grupos com posicionamentos contrários aos seus. A intenção do artigo não é de criar o desprezo pelas atividades laborais, mas é a negação de uma ação política, como é o isolamento social para apenas seguir suas próprias ideologias. A desvalorização da vida é um outro ponto antipolítico do discurso do presidente. Contrariando todas as iniciativas de órgãos internacionais sobre o isolamento, liberando as atividades do setor produtivo e a circulação de pessoas, é acreditar que as vidas não apresentam valor político, podendo ser descartadas ao sabor da incidência da morte.

Quando no Brasil o número de mortes ultrapassou a marca de cinco mil pessoas, Bolsonaro foi questionado pela imprensa sobre o acontecimento e respondeu: “E daí? Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias [um dos seus nomes], mas não faço milagre” (GARCIA, GOMES, VIANA, 2020), um discurso que evidencia a desvalorização da existência humana e traços de eugenia. A fala do presidente na entrevista fortalece ainda mais a ideia que algumas vidas podem ser descartadas sem que isso provoque relevância pública.

O comportamento do presidente foi assunto da revista científica inglesa *The Lancet* (2020) ao apresentar que o Brasil, diante da América Latina, não apresenta ações satisfatórias no combate ao novo coronavírus. Paralelamente à pandemia, a revista também apresenta a crise política que o Brasil se encontra com a demissão do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que teve alta aprovação por parte da população com ações de medidas preventivas, mas que foi demitido por se destacar acima da figura de Bolsonaro, e a demissão do Ministro da Justiça, Sergio Moro, uma figura de prestígio no governo e que acusa o presidente de influência na nomeação dos cargos da Polícia Federal (PF). O outro ponto de fragilidade política no pronunciamento de Bolsonaro é de desacreditar no posicionamento da ciência para o engrandecimento do espaço político, mesmo em momentos de quarentena e pandemia, e fomentar manifestações que não contribuem para a ação política.

No dia 14 de maio de 2020, em suas entrevistas coletivas que promove em um dos portões de passagem do Palácio da Alvorada, Bolsonaro questionou o *lockdown*, a proibição total de circulação para conter ainda mais o avanço da doença e do vírus:

Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus. *Está morrendo gente? Tá. Lamento? Lamento, lamento. Mas vai morrer muito, muito, mas muito mais se a economia continuar sendo destruída por essas medidas (dos governos locais) (...) Vamos preservar vidas? Vamos. Mas dessa forma o preço lá na frente serão centenas de milhares de vidas que vamos perder, por causa dessas medidas absurdas de fechar tudo.* (JORNAL EXTRA, 2020, grifos nossos)

A medida, embora radical, foi a escolhida por parte de alguns prefeitos e governadores. Além de trazer a discussão para o âmbito privado por acreditar que a medida foi adotada por governadores considerados seus desafetos políticos, há a permanência de preservação das vidas como sendo nuas, isto é, passíveis de descarte.

O presidente, pela análise realizada, apresenta um discurso coerente não no sentido empreendido do conceito de política desenvolvido por Hannah Arendt, mas na intenção de prezar pela destruição do espaço público e da condição humana, mesmo antes de assumir o

posto de executivo nacional brasileiro. O seu pronunciamento sobre a pandemia pode ser considerado mais um movimento de destruição do espaço público e político que promove o fomento da vida nua.

Referências

- AB'SÁBER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- AGAMBEN, G. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. **Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.**
- ARENDT, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSY, B. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. 1ªed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ADVERSE, H. As formas de antipolítica. In NOVAES, A. (Org.) **Mutações: a outra margem da política**. São Paulo: Edições Sesc, 2019, p. 11-32.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BOLSONARO, J. Pronunciamento oficial. **YouTube**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=77&v=VI_DYb-XaAE&feature=emb_logo. Acesso: 04 maio 2020.
- FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARCIA, G; GOMES, P. H. ; VIANA, H. E daí? Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. **Site G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso: 09 maio 2020.
- GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista Veredas**, v. 14, n. 2, p. 119-129, 2010.
- JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JORNAL EXTRA. Está morrendo gente? Tá. Lamento. Mas vai morrer muito mais se a economia continuar sendo destruída, diz Bolsonaro. **Site Jornal Extra**. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/esta-morrendo-gente-ta-lamento-mas-vai-morrer-muito-mais-se-economia-continuar-sendo-destroçada-diz-bolsonaro-24426454.html>. Acesso: 14 maio 2020.
- KIFFER, A.; GIORGI, G. **Ódios políticos e políticas do ódio: lutas, gestos e escritas do presente**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LINDER, J. Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. **Site Estadão**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>. Acesso: 06 maio 2020.

- MAKLOUF, L. C. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.
- MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- MATTOS, H.; BESSONI, T.; MAMIGONIA, B. N. (Org.). **Historiadores pela democracia**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018, p. 17-26.
- PASSARINHO, N. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. **Site G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso: 05 maio 2020.
- RIBEIRO, B.; CAMBIRCOLI, F. Brasil registra primeira morte pelo novo coronavírus em SP; País tem 290 casos confirmados. **Site Estadão**. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-primeira-morte-pelo-novo-coronavirus-em-sao-paulo,70003236434>. Acesso: 05 maio 2020.
- RIOS, F. Brasil confirma primeiro caso da doença. **Site Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso: 05 maio 2020.
- SOARES, L. E. **O Brasil e seu duplo**. São Paulo: Todavia, 2019.
- TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p.137-153, 2018. DOI: 10.1080/21670811.2017.1360143.
- THE LANCET. COVID-189 in Brazil: “So what?” **The Lancet**, v. 395 n. 10235, p. 1461, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3).
- VEJA. TJ mantém condenação de Bolsonaro por resposta a Preta Gil e falas ao CQC. **Site Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-preta-gil-e-falas-ao-cqc/>. Acesso: 06 maio 2020.
- VOICE, P. *Labor, trabalho e ação*. HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 54-73.